

BORDAS, MARGENS E FRONTEIRAS: SOBRE A RELAÇÃO LITERATURA E HISTÓRIA

*Maria Nazareth Soares Fonseca**

RESUMO

O trabalho pretende discutir a relação entre Literatura e História, tomando como referência a reflexão produzida por teóricos de áreas diversas e os romances: **Mayombe**, de Pepetela, de Angola, **Texaco**, de Patrick Chamoiseau, da Martinica, **João Vêncio: os seus amores**, de Luandino Vieira, de Angola e **Terra sonâmbula**, de Mia Couto, de Moçambique.

A figura do historiador dos tempos novos é a do vagabundo que busca, nas margens do social, os fantasmas do passado e o discurso dos mortos.
(François Dosse, retomando Michel Foucault)

O romance **Mayombe** (1980), do escritor angolano Pepetela, se inicia com a proposta de contar “uma história de Ogun, o Prometêu africano”, estabelecendo uma relação explícita entre o mito africano sobre o deus que vem das florestas e fabrica as armas da caça e da guerra e a mitologia clássica, em que Prometeu é tido como o desafiante de Zeus, de quem rouba o fogo do sol. Essa associação que inaugura o romance sintetiza formas de um jogo especular em que cada imagem é ela mesma, mas também o reflexo de outra. Por isso, nesse jogo, tanto Ogun quanto Prometeu simbolizam ações de mudança, tendências de transformação e também a força mítica de uma pátria almejada. Ao propor contar uma história em que a tradição ancestral interage com a transformação, o romance faz ecoar, na voz do narrador, a fala do contador de história que anuncia, na abertura do texto, a história de um exemplo a ser seguido. A relação estabelecida entre Ogun e Prometeu se anuncia

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

como um dos elementos da estrutura intertextual do texto, que se manifesta, também, na aproximação entre a tradição ancestral dos *griots*, dos contadores de história, e a figura do romancista, o que detém a escrita e a quem cabe contar a história dos heróis do Mayombe. Ao se valer da transgressão de Ogun, o senhor das batalhas, e de Prometeu, que ousou desafiar a Zeus, o romance encaminha uma modalidade épica própria aos relatos guerreiros e transgride uma dicção marcadamente realista, tão freqüente na literatura de intenção política. A dimensão “subversiva” do texto constrói-se, assim, por outros mecanismos que alijam do romance uma preocupação meramente documental. Ogun e Prometeu, tornados guardiães do fogo, inscrevem-se numa outra ordem em que o maravilhoso se transforma em veículo de transmissão de uma história que, a exemplo de outras tantas já contadas, reitera as ações dos condutores do fogo, que ilumina e alimenta, dos bravos defensores das mudanças que se anunciam nos intrincados labirintos da montanha Mayombe. É interessante notar que, no entanto, o herói mítico por excelência está representado pela montanha Mayombe, cuja inacessibilidade propõe-se como garantia de proteção e de vitalidade. A montanha é, assim, ao mesmo tempo, o local sagrado em que os filhos de Ogun podem velar o fogo da vida, metaforicamente representado pela luta dos guerrilheiros contra os militares. Contando uma história exemplar, que deve ser seguida por aqueles que a ouvem, **Mayombe** é um romance marcado por uma dimensão heróica, reatualizada pela exemplaridade do mito e pela presença do maravilhoso, mas também pelo questionamento das mudanças que se anunciam, as quais, para se manterem, exigem alterações significativas na ordem em que se inserem. A simbiose entre os homens e a vegetação cerrada de Mayombe, “cuja folhagem da abóbada não deixava penetrar o sol” (p. 77), ritualiza a imersão do humano numa terra que o recebe como um “útero verdejante”, como um lugar iniciático, onde se gestam os planos de guerra e as diferentes visões dos heróis envolvidos na batalha. Tais recursos delineiam um projeto de nacionalidade que se inscreve na ordem da diferença, ou melhor, das diferenças em que se mostra a realidade enfocada.

Parece pertinente indagar, com relação ao romance, sobre a delimitação de fronteiras entre o relato marcadamente referencial e os elementos mitológicos, pois, ainda que se observem ações historicamente datadas – as que caracterizam as lutas dos guerrilheiros angolanos contra o domínio do colonialismo português – a narrativa ultrapassa as soleiras do relato histórico e se apropria do substrato mítico e telúrico da floresta, que é o cenário privilegiado da ação. Desse modo, a percepção anímica da natureza é a possibilidade de que se serve o romance para contar uma história exemplar, mas ao mesmo tempo conduzir as perspectivas de passagem do heroísmo individual ao coletivo. O elemento marcante dessa ultrapassagem se mostra na polifonia das várias vozes narrativas que, apontando para a inscrição do coletivo próprio das narrativas épicas, funciona como quebra da soberania de uma instância que se arvora como detentora do saber a ser revelado pela sucessão dos eventos destacados. Essa é a forma utilizada pelo romance para anunciar o questionamento do po-

der da luta pró libertação nacional e do triunfo que já traz consigo o gérmen da dissidência. Tal questionamento acentua a dificuldade de se ultrapassarem os males advindos do tribalismo, do racismo, da corrupção, que, como erva daninha, insiste em brotar no solo preparado para receber as sementes de um novo tempo.

As referências feitas até aqui ao romance **Mayombe** prestam-se à reflexão proposta por este trabalho sobre a relação entre Literatura e História e sobre um tipo de literatura que se empenha em resgatar dados concretos de uma realidade sociocultural para reafirmá-los ou para questioná-los. Para melhor discutir essas questões, valho-me, inicialmente, do raciocínio com que Edouard Glissant (1980) procura compreender a trama de conceitos e de sentidos produzidos nos contatos interculturais e na relação da Literatura com outras áreas de conhecimento. É interessante acompanhar os sentidos utilizados por Glissant para explicar a expressão “desejo histórico” e percebê-la como característica das produções culturais dos chamados “espaços colonizados”. O teórico faz da expressão um operador da análise que empreende dos processos de busca de identidade cultural, nos quais salienta dois movimentos, sem querê-los, no entanto, em oposição. Um movimento se caracterizaria pela obsessão por *um traço primordial*, pela explicação fundamental de uma origem, pela ânsia de se voltar a ouvir um “eco do Gênesis”. Esses traços configurariam a busca de identidade que se quer raiz fixa no solo fértil da pátria amada ou a recuperação de um mito que sacraliza um território, os movimentos em torno do *Mesmo* e do *Uno*, que são vistos por Glissant como significantes da conquista territorial, dos processos de assimilação, e por conseguinte, como percursos da *não-relação*. Por outro lado, ao se referir à *identidade-relação*, Glissant reforça os roteiros de uma cartografia do *Diverso* e os itinerários da multiplicidade. O “desejo histórico”, portanto, tanto pode se realizar na compulsão da conquista e da legitimação de territórios, como percorrer os meandros da relação com o outro, buscando, antes, compreender (de *comprendre*) que dominar. Ao nomear os diversos movimentos que procuram embasar a discussão da formação das literaturas produzidas nos espaços colonizados, Glissant aponta ainda para a reorientação do tempo, característica desses espaços. Tal reorientação se mostra na referência aos dramas coletivos – a colonização, a escravidão negra, o sistema de pilhagem – instituídos pelo Ocidente, os quais minimizam os marcos históricos e procuram reconstituir uma outra história, *a história sonogada*, através da busca incessante de significantes outros que postulam a redefinição do espaço e do tempo perdidos.

O desejo coletivo de sutura de uma falta angustiante expõe, nesses espaços, a relação sempre próxima da Literatura com a História, esta procurando fortificar os marcos de um tempo que não é mais e a outra recuperando acontecimentos e fatos sonogados. A trajetória alucinante de busca do tempo perdido, de um lugar original, que caracterizam, particularmente, as chamadas *narrativas de fundação*, faz parte desse desejo de nomeação e de configuração de identidade. Nessas narrativas, os projetos de nação e de nacionalidade delineiam-se impulsionados pelo desejo de (re)cons-

trução de um território, atrelados à defesa do espírito nacional hegemônico. Entretanto, é possível vislumbrar, às margens desse projeto, outras produções que invocam o traçado híbrido da multiplicidade, a dupla face de Janus de que fala Homi K. Bhabha (1990), quando salienta que as “*ficções fundadoras*” vêm a ser atos de filiação, mas também momentos de repúdio, de deslocamento, de exclusão e contestação cultural. É nesse sentido que Glissant (1994) propõe a perscrutação do “existindo” e do “sendo” para a compreensão do mundo (o *chaos-monde*), em que as vozes das minorias perturbam o discurso autoritário da ordem, explicitando a contradição entre a adesão a um projeto de nacionalidade e o seu repúdio. Essa contradição está por vezes bem traçada em narrativas contemporâneas, nas quais o “desejo histórico” se desloca da ilusão de totalidade para a contemplação das reminiscências de acontecimentos que lampejam no presente. O apaziguamento das feridas do presente faz-se ainda da ilusão de uma identidade imaginária, como em **Mayombe**, de Pepetela, mas também pela percepção de que esse “lugar ideal” mostra-se cada vez mais em migalhas, esfacelado. Em **Mayombe**, a intervenção dos diversos narradores dilacera a unicidade monológica e tece uma rede de opiniões e de pontos de vista que possibilita a manifestação ativa do leitor, que se torna participante do diálogo deflagrado pelo texto, intencionado em transformar o ato de escrever em transgressão, em possibilidade de se ir além das páginas do romance. Não seria esta uma das intenções do romance, quando imerge no universo da oralidade, em que a palavra transita mais aberta aos múltiplos sentidos?

Essas características transgressoras estão também em **Texaco**, de Patrick Chamoiseau, da Martinica, publicado, no Brasil, em 1993, através de um diálogo intenso entre fatos datados e histórias alçadas da oralidade. Fragmentos de memória compõem a “epopéia da Martinica”, desde os tempos sombrios das “plantações” até os não menos difíceis tempos das favelas de fibrocimento.

Seguindo a “planta-baixa” desse romance, é possível recorrer-se à *lógica das diferenças* e à *política das semelhanças* de que fala Walter Mignolo (1993), quando alude às relações entre Literatura e História. As lógicas de que fala Mignolo possibilitam que se reflita sobre a dificuldade da crítica literária produzida na França em compreender um tipo de romance, como **Texaco**, que se produz no limiar entre o factual e o ficcional. A crítica francesa preocupou-se, sobretudo, com a classificação do romance, valendo-se de categorias que ora se voltam para explicitar o histórico no romance, ora querem dar conta das invenções de linguagem, do desarranjo do francês pelo *créole*. As denominações “roman historique”, “saga crioula”, “roman-opéra”, “tragédie tropical” demonstram a dificuldade da crítica de lidar com um texto rico e complexo, em que um modo de narração polifônico desconcerta a linearidade e deixa explodir as manifestações de um romance que se mostra como um mosaico de influências, de costumes e de tradições. É interessante observar que, enquanto a crítica metropolitana francesa se preocupou com a classificação do texto e com a avaliação do francês *créolisé*, a antilhana recebeu o romance como uma profunda comunicação

com o país e com uma realidade social e mitológica significativa de um modo de percepção de mundo. A crítica antilhana percebeu o romance como expressão de uma cultura, em que os limites rígidos entre o escritor e o mágico, o feiticeiro e o “marcador de palavras”, entre a literatura e a religião, a escritura e a oralitura, configuram os movimentos da creolidade que motivam o escritor a imergir na realidade social que o cerca. Percebe-se, na recepção do romance, o desencontro entre duas mentalidades, entre modos diferentes de percepção de mundo. O leitor francês da metrópole alicerça seu raciocínio na compartimentação de áreas de conhecimento; o antilhano, percebe as ambigüidades, as extravagâncias textuais como próprias a uma realidade que se exhibe em paradoxos, em contradições significativas.

Voltando a Walter Mignolo, é possível constatar que uma lógica das diferenças estaria implícita na distinção entre História e Literatura, quando se procura acentuar o caráter de verdade da História e o de invenção para a Literatura. Se considerar que não é preocupação da Literatura conceder foro de verdade àquilo que declara, poder-se-ia ressaltar o seu descompromisso com a prova, com o testemunho, e o seu intento em produzir *irrealidades*. Tal argumento poderia ser utilizado para remarcar os limites entre o literário e o não literário, mas, zombeteiramente, poderia também aludir ao fato de a invenção e o *fazer de conta* poderem ressaltar a possibilidade de existência daquilo que a ficção afirma como irrealidade.

Isto se dá no romance angolano **João Vêncio: os seus amores** (1987), de José Luandino Vieira, o qual, valendo-se das lembranças do narrador/personagem, João Vêncio, reconstitui o universo da busca de identidade do colonizado, ainda que, na superfície do texto, se fale tão somente de amor, de tormentos, de traições e de incertezas. Um insistente trabalho com a linguagem, com a oralidade quimbunda, que invade a língua portuguesa, dá um outro tom a essa narrativa tecida por fios, missangas e colares que se montam infinitamente, enquanto João Vêncio se embala no gozo de uma fala em que ressoam cheiros, gostos e afagos perdidos. A grande trapaça desse romance está nas entrelinhas, nos entrelugares, em que a fala do narrador assume diferentes dicções, apontando para as intensas sonoridades do português que se mistura ao quimbundo, do quimbundo que sulca as palavras do português, para falar sempre através de deslocamentos, dos contornos de uma terra-mãe transtornada, transformada, lugar de delícias, das belezices de que fala o narrador. Da confissão desse narrador acusado de homicídio frustrado, resgatam-se balbucios e sons da terra angolana, ainda que marcos históricos não se mostrem no romance. Os olhos que se perdem “no céu azul sem mancha de nuvem” (p. 89) buscam o amor, ou melhor, os amores vividos em sede de belezices, em ânsia de fusão com o outro, com o colo quente que acolhe o narrador para afastá-lo dos *terrores, pavores*. É nesse cenário em que corpos *como puro cetim sem mancha* se juntam no gozo do amor que passeia pela estrela de três pontas: “o amor é uma estrela/que a gente procura/ num quarto escuro/c’uma vela acesa...” (p. 63). Nesses quadros de amor, vividos *para* “liviar dor de morte bruta” (p. 38), vislumbram-se feições da busca de identidade negra angolana,

mas são descartados os marcos incisivos da história da colonização no país. Essa aparece no romance já transfigurada, como uma das contas do colar das *multicores amigadas*, acamaradada numa fala que traz à superfície do texto um outro saber que se constrói no oco, na falta, no vazio, nos buracos de um discurso que se quer outra voz, outra dicção: *bruit, vacarme, bégaiement*, como salienta Glissant (1981).

É ainda Walter Mignolo quem discute a possibilidade de uma *política das semelhanças* entre Literatura e História poder ser abalada por uma *lógica das diferenças*, quando se constata que a realidade *sui generis* da ficção se constrói por várias subversões. Por exemplo, por anacronias que interrompem e invertem o tempo cronológico, deslocando as noções de presente, passado e futuro; ou pelo fato de a sucessão poder-se contrair num momento único, acrônico, intemporal. Essas modalidades, presentes na narrativa literária, estão vedadas à História. É pertinente salientar o fato de que a Literatura, ao subverter o tempo, poder iluminar o acontecimento, apreendê-lo em sua multiplicidade, realçando os sentidos já produzidos pela leitura histórica, mas explicitando outros. É esse o raciocínio de que se vale Michel De Certeau (1982), quando assinala a dessacralização da História na época moderna, apontando o deslocamento de distinções ligadas às fronteiras entre Literatura e História:

Destronado do lugar para onde o havia alçado a filosofia que, desde o tempo das Luzes ou do idealismo alemão, fazia dele a manifestação última do Espírito Santo do mundo, sem dúvida o discurso historiográfico troca o lugar do rei pelo da criança da estória, apontando uma verdade que todos faziam questão de esquecer. (De Certeau, 1982, 58)

Na mesma direção, Paul Veyne (1976), mais categórico, sentencia:

(...) a todo momento se passam eventos de toda espécie, e o nosso mundo é o devir; é inútil julgar que alguns desses eventos seriam de natureza particular, seriam 'históricos' e constituiriam a História (Veyne, 1976, 121).

Não é de se estranhar que Veyne conclua seu raciocínio, dizendo que: "Tudo é histórico, portanto a História não existe". (Veyne, 1976, 134)

Não pretendendo privilegiar uma lógica das diferenças ou das semelhanças e nem me deter muito em visões políticas dessas divisões, reconheço que as fronteiras entre Literatura e História marcam-se por convenções e normas determinadas pelo uso da linguagem. Mas é, exatamente, nesse uso que as fronteiras podem se desmoronar. É certo que os tópicos do raciocínio de Walter Mignolo, selecionados neste trabalho, acabam por privilegiar um determinado ponto de vista construído em torno do modo como a Literatura procura expressar as alucinações do "desejo histórico" de que fala Edouard Glissant. É o mesmo autor que, ao preconizar uma *poética da relação*, insiste em que o desejo dos povos colonizados possa ir em direção à diversidade do homem e de sua cultura, estremecendo a crença de que a História, com H maiúsculo, marcada pelos grandes acontecimentos datados (a partir de A. C. ou D. C.),

seja a primeira e fundamental dimensão do homem. O teórico, na verdade, está se referindo à peculiaridade das culturas colonizadas de buscar significantes de uma visão de si que desarticulem a história escrita pelos colonizadores. Daí que o “desejo histórico”, nessas culturas, se preocupe com as pulsações de um tempo não linear, conturbado pelos acontecimentos diários, pelo burburinho do cotidiano, percebido antes pelo poeta que pelo historiador.

Retomo, ainda, alguns pontos de vista discutidos por Walter Mignolo para afirmar que tanto as diferenças como as semelhanças são construídas a partir de pressupostos teórico-culturais. Os suportes de diferenças e de semelhanças são produzidos num lugar social e são, por isso, perpassados pela ideologia. Essa constatação permite explicitar outros raciocínios. Podem-se determinar diferenças entre Literatura e História, recorrendo a uma ontologia do conhecimento ou ao estabelecimento de “propriedades naturais” de uma e outra forma de representação do mundo. Quando se instalou a Literatura no domínio das Artes, concebendo-a como um conjunto de produtos semióticos em que é perceptível uma intenção estética, e se situou a História no sistema das Ciências, ligando-a à produção de saber, com base no exame crítico de documentos, na busca de leis que justificassem o mundo humano, é claro que se valeu de um aparato ideológico para garantir a eficácia dos limites traçados. Por outro lado, ao se afirmar o caráter de criação, de invenção próprio à Literatura, sonega-se do processo criativo qualquer possibilidade de, com ele, ampliar-se o conhecimento do mundo. Sob o estatuto da beleza, a Literatura se constituiria, segundo um critério meramente estético, em qualquer coisa bela, mas sem utilidade prática, relegada ao puro entretenimento. Em contrapartida, a História, vista como a deusa da verdade, mantinha-se no seu sagrado dever de registrar, fielmente, os acontecimentos do mundo. Todavia, entre as palavras e as coisas, um mundo de incertezas nos espreita. A crise das certezas defendidas pelo pensamento clássico demonstra o desejo de pensadores modernos de se poder ir além da aparência das coisas. Mignolo se refere à mobilidade de fronteiras e de configurações discursivas na reflexão dos pensadores modernos, concluindo que, como já acentuara Paul Ricoeur, a diluição de fronteiras

(...) é um dos sintomas mediante os quais a concepção dura das ciências sociais, modeladas sobre as ciências físicas e sobre a filosofia da ciência, é desafiada por modelos originados nas humanidades (...) (Mignolo, 1993, p. 126)

A reflexão de alguns pensadores europeus, dentre eles, Heidegger, Sartre, Levy Strauss, Marx, Michel Foucault, ao insistir na “quebra do cogito racional”, aponta para a desmistificação dos lugares fixos, das hierarquias harmonizadoras. Se se acrescentar a essa reflexão o pensamento de Freud, pode-se compreender o espanto gerado pela produção de um raciocínio contestador, que joga por terra crenças sacralizadas e salienta os mecanismos de uma “operação de fantasia” implícita nos processos de resgate da memória.

Foucault (1976), insistindo no caráter de representação do discurso da História, acelera as interrogações sobre o lugar do descontínuo no campo da pesquisa historiográfica. As interrogações do filósofo levam-no a concluir que a História talvez não seja “um lugar mais abrigado, menos perigoso, que os mitos, a linguagem ou a sexualidade” (p. 59). Por outro lado, são problemáticas as relações da História com o saber etnográfico, quando aquela se configura como comprometida com a perspectiva dos dominantes. Em decorrência dessas considerações, amplia-se a defesa da produção de uma outra história, – a história dos vencidos, dos povos sem escrita, dos dominados, dos marginalizados – a ser construída na contracorrente do pensamento hegemônico. Subvertem-se os grandes planos da História tradicional e o imperativo do tempo histórico, linear, por uma opção pela descontinuidade.

Barthes (1988) lembra a variedade prodigiosa de gêneros que “lêem”, “representam” e “re-apresentam” o mundo, citando o mito, a lenda, a fábula, o conto, a novela, a epopéia, e, ainda, o drama, a comédia, o quadro pintado, o vitral, o cinema, como produções que apreendem a diversidade do mundo, produzindo “efeitos de realidade”. Ao arrolar a multiplicidade de gêneros que “re-apresentam” o mundo, o semiólogo francês acaba por desautorizar a chamada “verdade histórica”, inserindo-a nos paradoxos dos discursos “realistas”, que acreditam conhecer apenas um esquema semântico de dois termos: o referente e o significado.

Por outro lado, encaminham-se indagações sobre a pertinência do passado reconstruído, sobre a reconstrução de uma realidade que não mais existe, que já deixou de ser. Se o recurso ao documento pôde, no passado, construir a linha divisória entre História e Ficção, um outro ponto de vista afirma que o discurso produzido sobre os documentos consultados está marcado tanto pelas forças sociais que atravessam a produção discursiva, quanto pela subjetividade que povoa de imagens o universo reconstruído. Reconhece-se então que a construção metafórica nunca foi privilégio da Literatura, pois a História também metaforiza.

A concepção de tempo estilhaçado em instantes descontínuos conduz à percepção de que, sendo a vida humana um conjunto de descontinuidades, é preciso se deter na singularidade, nos detalhes, no acidental. No momento em que a descontinuidade, o não eventual, o não factual, o mito, as lendas e a literatura são tomados como objeto de investigação, como auxiliares ao conhecimento de épocas, ressalta-se a importância do imaginário para a compreensão mais abrangente dos fatos culturais. Nesse sentido, como acentua Jacques Revel (1976), “o documento é apenas a ponta de um *iceberg*”. Sozinho, isolado das outras informações soterradas, ele não pode dizer muito.

Torna-se pertinente, ainda, recorrer-se a Bachelard (1966) e à concepção de tempo dividido em instantes descontínuos que conduzem a uma filosofia do ato, à compreensão do acidental. O filósofo, distanciando-se da noção bergsoniana de *durée* e vendo-a como produto de uma construção, e não como um dado imediato da consciência, percebe a necessidade de se inverter a perspectiva do historicismo tradi-

cional. Para isso propõe um novo historicismo, em que a descontinuidade e as rupturas predominam sobre o linear e o contínuo. Assim, traços de instantes descontínuos constroem ilusões de realidade; e num percurso salpicado de signos a arte perscruta os instantes da existência, as cintilações de momentos, procurando recompor o mundo, reinventando-o e, paradoxalmente, tornando-o possível.

Tal percepção do tempo está no romance **Terra sonâmbula** (1992), do moçambicano Mia Couto, em que a reconstrução de um país destruído pela guerra entre irmãos é vislumbrada através da retomada de *instantes descontínuos*, de lendas e mitos que, passados de narrador a narrador, sustentam as reminiscências e o esforço para soerguer uma terra calcinada pela guerra. Ao se resgatarem as histórias do imaginário ancestral, do mundo delineado pela oralidade, distendem-se os referentes factuais marcados e questiona-se a descaracterização alicerçada num código de valores herdado da colonização. É interessante que se ressalte o fato de que, no romance, cada narrador, ao contar a sua história, inscreve-a numa história maior que resgata os acontecimentos passados, mesclando-os aos presentes, recuperando o sopro de ar que sustenta os corpos combalidos pela guerra, pela fome, pelas incertezas. Logo, ainda que se reconheça o substrato factual no cenário dos episódios narrados, percebe-se uma acentuada preocupação com o instante vivido. Nos escombros da grande narrativa da colonização, a terra se esforça por fazer brotar as sementes de uma história outra, contada pelos andarilhos, ouvida nos intervalos da guerra ou escrita nas páginas de um caderno escolar, salvo do fogo num autocarro incendiado. O título do romance diz bem de um espaço cuja identidade se mostra na desarticulação de fronteiras, no mergulho nas “zonas de instabilidade oculta habitada pelo povo”, de que fala Frantz Fanon, onde a cultura pode ser vislumbrada em suas várias faces. O movimento constante de metamorfoses que caracteriza a hibridação cultural procura dar conta, pela via do ficcional, da heterogeneidade multi-temporal de nação recém saída do colonialismo, que intenta percorrer as feições já mutiladas de uma África ancestral, ainda que essa só possa ser alcançada na fantasia e nos sonhos. Por isso, no romance, a imbricação entre ficcional e factual faz parte de um projeto cultural que procura retomar as vozes de uma terra que pretende dialogar com as múltiplas feições de sua heterogeneidade.

A discussão das fronteiras sempre tênues entre Literatura e História, entre a narrativa do romance e a histórica, está presente, também, na reflexão de dois filósofos modernos.

José Américo Motta Pessanha (1988), retomando uma argumentação de Perelman, insiste na visão da História como processo, cujo encaminhamento é de inteira responsabilidade dos historiadores “que examinam, interpretam, julgam, argumentam, debatem e fazem releituras”. E é sobre o trabalho do historiador que ele diz:

Porque de fato existiu, Napoleão se distingue de James Bond. Mas o historiador que escreve sobre ele, organizando e relacionando informações, interligando instantâneos, mon-

tando seqüências e elos casuais, inevitavelmente, cria, imagina, fabula: é narrador. (Pessanha, 1992. p. 51)

Por outro lado, ao discutir a relação entre História e Ficção, Peter Burke preconiza:

Não acho que a linha divisória entre História e Ficção seja tão rígida como as fronteiras entre os Estados Modernos, com arame farpado e soldados armados. Existe uma larga área de fronteira entre as duas que muda de lugar de uma época para outra. Hoje, como no período em torno de 1700, a fronteira está relativamente aberta. (Peter Burke, 1994, p. 6-7)

A dificuldade de se estabelecerem fronteiras rígidas entre as diversas áreas de conhecimento é o alicerce que sustenta, como já se referiu, a construção do romance **Texaco**, de Patrick Chamoiseau, em que o narrador, “figura de papel”, assume o lugar de cronista de época, do historiador, mas fazendo coro com as muitas vozes que emanam dos diversos segmentos da sociedade. É como cronista concorde com o pensamento da feição política contrária à eleição do poeta Aimé Césaire para prefeito da cidade de Fort-de-France que esse narrador assume os valores ditados pela ordem vigente, travestindo-se segundo o modelo ditado pelos poderosos. A eleição de Césaire, fato da realidade histórica do país, insere-se na narrativa mediatizada pela visão da personagem Seu Alcebíade e atravessada por vozes que anunciam os conflitos de uma sociedade mestiça e altamente preconceituosa:

Quando Aimé Césaire foi eleito para a prefeitura de Fort-de-France, seu Alcebíade adoeceu de verdade. Um preto que se diz da África ia administrar a cidade... e, como se não bastasse, comunista!... Ele se esfalfou em longas conversas para demonstrar como esses Bairros tenebrosos nos arredores da Cidade podiam ser minas de barbárie nas mãos de políticos ignóbeis... (Texaco, 225)

Assim, ao mesmo tempo que, na fala do narrador, se insere a da personagem que resgata e denuncia a visão preconceituosa sobre os negros, outras vozes se fazem ouvir, reforçando os argumentos dos que julgam o escritor Aimé Césaire a partir de pontos de vista que modelam o colonizado como incapaz de administrar o destino da nação a que pertence. É interessante que o episódio, ao se valer da eleição de Aimé Césaire, recupera outro fato da história das Antilhas negras, o do reinado de Henri Christophe, no Haiti e também as diversas visões do rei tais como se mostram na peça de Aimé Césaire, **La tragédie du Roi Christophe** (Césaire, 1970). Assim, ao mesmo tempo, um diálogo intertextual aproxima fatos acontecidos de episódios inventados e a literatura encena uma diversidade de fatos que vai além da ficcionalidade do texto.

Chamoiseau, no romance, ao se valer da metáfora das “raízes de mandioca”, insere a História num sistema em rede que recupera a imagem do rizoma de Deleuze e a poética da relação de Glissant para possibilitar o diálogo entre ficção e referencialidade. A apreensão histórica se faz pelos contornos expressivos da *territorialização* do francês no solo fértil do *créole* da Martinica. A relativização de poderes e sabe-

res é o recurso de que se vale o romancista para *recriar* a realidade sociocultural enfocada, desconstruindo os limites rígidos entre ficção e realidade.

Também em **Terra sonâmbula** a relativização de saberes faz parte do jogo de que se vale o romance para desestabilizar verdades pretendidas. Por isso os narradores contam e recontam histórias a partir de diversos pontos de vista. Assim, podem ser ouvidas, na fala de uma mesma personagem, vozes que anunciam lugares de diferentes interlocuções. Na fala da personagem Farida, por exemplo, ouve-se a voz da tradição, da oralidade e a delineada pelo mundo da escrita, com suas leis e suas interdições. Mostram-se, ainda, as feições do *assimilado* e daquele que se quer moçambicano. Por isso, Farida se mostra intervalar, meia-luz, como metonímia de uma terra que se fala em várias línguas e se mostra através de suas diferentes etnias.

Em **Texaco**, esse processo de desestabilização de verdades pretendidas por uma fala uníssona e autoritária também se efetiva. A chegada do urbanista da prefeitura ao bairro Texaco é-nos contada a partir de vários pontos de vista, que se mostram, no texto, à imitação da liturgia cristã, mas pelo avesso. Na “Anúnciação”, Cristo, o urbanista da prefeitura, chega à favela Texaco com um projeto para derrubá-la. A história desse Cristo é contada, então, a partir de cinco pontos de vista, cada um privilegiando determinados aspectos da anúncio do técnico no espaço do texto. A história da favela é anunciada em “O sermão de Marie-Sophie Laborieux” a partir de duas “tábuas sagradas”, que resgatam os marcos importantes de um período datado, de 1823 a 1980, em que se destacam fatos da história da conquista das cidades pelos negros escravos e os mulatos da Martinica. Na verdade o que se conta é o nascimento de um bairro crioulo, visto como metonímia da cultura martiniquense, em que os contrastes constroem, “a luxuosa beleza do horror, a ordem munida de desordem” (p. 166), que se mostra como o lugar de convivência do caos e da poesia, elementos desestabilizadores de uma lógica urbana, de modelo ocidental. Por outro lado, os marcos cronológicos, que resgatam a factualidade histórica, mesclam-se a episódios lendários, a nuances de uma história que se tece de fragmentos, de franjas, do burburinho em que se mostra o bairro multilíngue, multirracial e multi-histórico. Como metonímia de um espaço em que as fronteiras podem-se deslocar, como em **Terra Sonâmbula**, ou defenderem a renovação de um território protegido pelos deuses africanos, como em **Mayombe**, o romance de Patrick Chamoiseau atualiza a visão de que a literatura é sempre um processo de travestimento, de encenação. Por isso, enquanto o ideal de verdade é a utopia da História, a Literatura procura delinear as várias faces dessa utopia, demonstrando que a verdade é também vã, eterna fantasia.

Retomando a epígrafe com que iniciei este trabalho, é possível a partir dela afirmar que os limites entre História e Ficção, se podem ser estabelecidos ou reiterados, mostram-se sempre em risco ao se esfacelarem na diversidade do campo das Ciências Sociais, numa época em que os fatos e os gestos humanos perdem-se em um universo sem significados precisos, já que cada coisa reverte-se em outra, metamorfoseia-se infinitamente.

ABSTRACT

This work intends to discuss the relationship between Literature and History, having as reference the discussion produced by theorists from several fields and the novels: **Mayombe**, by Pepetela, from Angola, **Texaco**, by Patrick Chamoiseau, from Martinica, **João Vêncio: os seus amores**, by Luandino Vieira, from Angola and **Terra sonâmbula**, by Mia Couto, from Mozambique.

Referências bibliográficas

01. BHABHA, H. K. Introdução; narrating the nation. In: **Nation and narration**. London: Routledge, 1990.
02. BACHELARD, Gaston. **L'intuition de l'instant**. Paris, Gouthier, 1966.
03. BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
04. BURKE, Peter. Entrevista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 1994. Suplemento Mais, p. 6-7.
05. CHAMOISEAU, Patrick. **Texaco**. Tradução do francês de Martinica Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 225.
06. COUTO, Mia. **Terra sonâmbula**. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
07. DE CERTEAU. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
08. DOSSE, François. **A História em migalhas; dos annales à nova história**. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992.
09. FONKOUA, Romuald-Blaise. La créolité vue du côté de la réception. IN: BERNABÉ, Jean et al. **Éloge de la Créolité**. Paris: Gallimard, 1989.
10. GLISSANT, Edouard. **Le discours antillais**. Paris: Seuil, 1981.
11. MIGNOLO, Walter D. Lógica das diferenças e política das semelhanças; da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. In: CHIAPPINI, Lígia, AGUIAR, Flávio Wolf de. (Orgs.) **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: Edusp. 1993.
12. PESSANHA, José Américo Motta. História e ficção: o sono e a vigília. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). **Narrativa; ficção & história**. Rio de Janeiro: Imago. 1987. p. 298.
13. PESSANHA, José Américo Motta. O sono e a vigília. In: NOVAES, Adauto. (Org.) **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
14. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.) **Teoria da história**. São Paulo: Cultrix. [s.d.]. p. 45.